

O CONCEITO DE JURISDIÇÃO NA ATUALIDADE (THE CONCEPT OF JURISDICTION IN THE PRESENT DAYS)

Amanda Rocha Nedel¹

Resumo: A proposta deste artigo é conhecer a atual definição de jurisdição lecionada nas academias contemporâneas e adotada pelos profissionais e acadêmicos destes dias, estabelecendo um contraponto entre os conceitos clássicos e o atual, contemplando as razões políticas, filosóficas, sociológicas e históricas que desenvolveram tais conceitos e analisando as consequências práticas da definição atual, notadamente, no que diz respeito a este momento histórico para o processo civil brasileiro, em que se discute o novo projeto do código de processo civil. Destacando-se, ademais, não apenas a importância do tema para os estudiosos, mas também para os cidadãos jurisdicionados que são diretamente afetados pelas novas concepções ao exercerem seu direito de ação perante o Estado-Juiz. Para tanto, faz-se necessário o estudo da função estatal jurisdicional desde sua origem na tripartição de poderes apresentada por Aristóteles e aperfeiçoada por Montesquieu; da etimologia da palavra jurisdição; dos conceitos clássicos ensinados por Chiovenda e Carnelutti; e da atual concepção a respeito do tema.

Palavras-chave: jurisdição; conceitos clássicos; função jurisdicional.

Abstract: The proposal of this paper is to cognize the current definition of jurisdiction taught in the contemporary academies and adopted nowadays by contemporary practitioners and academics, establishing a counterpoint between classical and current concepts, covering the political, philosophical, sociological and historical reasons that have developed such concepts and analyzing the practical consequences of the current definition, notably, in regard to this historical moment for Brazilian civil law as we discuss the new project of brazilian's civil law procedure code. Standing out, moreover, not only the importance of the subject for scholars, but also for the jurisdictional citizens that are directly affected by the new concepts when exercising their right of action before the State Judge. Therefore, it is necessary the study of the jurisdictional state function since its inception in the tripartition of power presented by Aristotle and refined by Montesquieu, the etymology of the word jurisdiction, the classic concepts taught by Chiovenda and Carnelutti, and the current conception about the theme.

Keywords: Jurisdiction; classic concepts; jurisdictional function.

1. Introdução

¹ Advogada, acadêmica do Curso de Especialização em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE.

Para evitar a luta de todos contra todos na instintiva busca pela sobrevivência, o homem, como ser vivo dotado de racionalidade que é², renunciou à determinada parte de seus direitos, atribuindo soberania à instituição denominada Estado, e conferiu a este o poder/dever de organizar a vida em sociedade, garantindo a segurança e a dignidade aos seus indivíduos.³

Diante das dificuldades que existem ao regular uma comunidade extremamente complexa como a dos seres humanos, tornou-se necessário estabelecer uma divisão de competências e funções a serem exercidas pelo Estado. O verdadeiro idealizador da separação de atribuições do Estado foi o filósofo grego Aristóteles⁴, embora o Barão de Montesquieu tenha aprimorado a teoria da tripartição de poderes⁵, em sua obra clássica “O Espírito das Leis”:

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse os três poderes: o de fazer as leis; o de executar as resoluções públicas; e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares.⁶

Desse modo, verifica-se que para melhor organização do Estado e execução de suas tarefas, dividiram-se as atividades em legislativas, executivas e jurisdicionais. Cabendo, neste contexto, salientar a sua função jurisdicional, exercida pelo Poder Judiciário.

Segundo Antonio Carlos de Araújo Cintra et. al., a jurisdição representa uma “segunda ordem de atividades jurídicas”⁷ do Estado, explicada como uma seqüência da legislação:

² “Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil.” ARISTÓTELES. *A Política*, p. 11.

³ “Como os homens não podem criar novas forças, mas só unir e dirigir as que já existem, o meio que têm para se conservar é formar por agregação uma soma de forças que vença a resistência, com um só móvel pô-las em ação e fazê-las obrar em harmonia. Essa soma de forças só pode vir do concurso de muitos; mas como a força e a liberdade de cada homem são os primeiros instrumentos de sua conservação, como há de empenhá-los sem se arruinar, e cuidando como deve em si mesmo? Esta dificuldade introduzida em meu assunto pode assim enunciar-se: ‘achar uma forma de sociedade que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada sócio, e pela qual, unindo-se cada um a todos, não obedeça todavia senão a si mesmo e fique tão livre como antes’. Tal é o problema fundamental que resolve o contrato social.” ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*, p. 29.

⁴ “Em todo governo, existem três poderes essenciais, cada um dos quais o legislador prudente deve acomodar da maneira mais conveniente. Quando estas três partes estão bem acomodadas, necessariamente o governo vai bem, e é das diferenças entre estas partes que provêm as suas. O primeiro destes três poderes é o que delibera sobre os negócios do Estado. O segundo compreende todas as magistraturas ou poderes constituídos, isto é, aqueles de que o Estado precisa para agir, suas atribuições e a maneira de satisfazê-las. O terceiro abrange os cargos de jurisdição.” ARISTÓTELES. *A Política*, p. 87.

⁵ “Historicamente, Aristóteles foi o seu precursor. Todavia, a construção sistemática desta teoria se dá inserta no processo histórico da, digamos, concretização do Estado Moderno [...]. Foi, contudo, com Montesquieu e seu *De L’Esprit des Loix* (1748) que emergiu a percepção de uma tripartição (Executivo, Legislativo e Judiciário) de funções como ‘poderes’ independentes entre si.” STRECK, Luiz Lenio. et. al. *Ciência política e teoria geral do estado*, p. 164.

⁶ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das Leis*, p. 168.

⁷ CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. et. al. *Teoria Geral do Processo*, p. 44.

Com a segunda ordem de atividades jurídicas, consistente na *jurisdição*, cuida o Estado de buscar a realização prática daquelas normas em caso de conflito entre pessoas – declarando, segundo o modelo contido nelas, qual é o preceito pertinente ao caso concreto (processo de conhecimento) e desenvolvendo medidas para que esse preceito seja realmente efetivado (processo de execução). Nesse quadro, a jurisdição é considerada uma *longa manus* da legislação, no sentido de que ela tem, entre outras finalidades, a de assegurar a prevalência do direito positivo do país.⁸

Ressalta-se, portanto, que a jurisdição não se limita, exclusivamente, a uma única finalidade. E este é o cerne do presente artigo: o que, de fato, representa a jurisdição nos dias atuais. Vale dizer, simplesmente, que ainda se trata da mesma função estatal desenvolvida por Aristóteles, todavia, revestida de nova interpretação constitucional.⁹

Para análise do tema é fundamental que se estude os conceitos de jurisdição delineados ao longo da história, motivo pelo qual, após estas breves considerações iniciais, passa-se à avaliação etimológica do termo em pauta.

2. Etimologia e desenvolvimento histórico dos conceitos de jurisdição

Como se sabe, o termo jurisdição originou-se da aglutinação das expressões latinas *juris* (direito) e *dictionem* (dizer), motivo pelo qual tem-se que jurisdição significa “dizer o direito”.

Referida interpretação literal coaduna com a definição clássica de Giuseppe Chiovenda, uma vez que para este autor a jurisdição limita-se, única e exclusivamente, a expressar a vontade concreta da lei diante de uma situação apresentada a um juiz provocado pelas partes. Nas palavras de Chiovenda, “o dever dos juízes é afirmar e atuar a vontade da lei que considerarem existente ao caso concreto, dados os fatos que eles julguem disponíveis.”¹⁰ A respeito do tema, assevera Luiz Guilherme Marinoni: “Essa passagem da doutrina chiovendiana é bastante expressiva no sentido de

⁸ CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. et. al. *Teoria Geral do Processo*, p. 44.

⁹ “Nesse ambiente, a Constituição passa a ser não apenas um sistema em si – com a sua ordem, unidade e harmonia – mas também um modo de olhar e interpretar todos os demais ramos do Direito. Este fenômeno, identificado por alguns autores como *filtragem constitucional*, consiste em que toda a ordem jurídica deve ser lida e apreendida sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados. Como antes já assinalado, a constitucionalização do direito infraconstitucional não tem como sua principal marca a inclusão na Lei Maior de normas próprias de outros domínios, mas, sobretudo, a reinterpretação de seus institutos sob uma ótica constitucional.” (sem grifo no original). BARROSO, Luís Roberto. *Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito*, p. 27.

¹⁰ “*Deber de los jueces es afirmar y actuar la voluntad de la ley que consideren existente como voluntad concreta, dados los hechos que ellos estimen existentes.*” CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios del derecho procesal civil*, p. 82.

que o verdadeiro poder estatal estava na lei, e de que a jurisdição somente se manifestava a partir da revelação da vontade do legislador.”¹¹

Diante disso, constata-se que houve grande influência do liberalismo no trabalho de Chiovenda, de modo que a função jurisdicional consistia em manter a ordem pública.¹² Vale recordar que no Estado Liberal imperava o *absolutismo da lei*¹³, com o intuito de assegurar que não ocorressem os abusos de poder do modelo estatal anterior¹⁴, de modo que o apego à lei, no Estado Liberal, era uma questão de segurança.

Além da teoria de Chiovenda, a tese desenvolvida por Francesco Carnelutti também traz um conceito clássico de jurisdição, para quem:

[...] só existiria um comando completo, com referência a determinado caso concreto (*lide*), no momento em que é dada a sentença a respeito: o escopo do processo seria, então, a *justa composição da lide*, ou seja, o estabelecimento da norma de direito material que disciplina o caso, dando razão a uma das partes.¹⁵

Note-se que Carnelutti entendia que não bastava a existência da lei para solucionar algum conflito, a jurisdição era atividade fundamental para tornar concreta a norma abstrata, razão pela qual a decisão judicial faz a lei particular para as partes, compondo a lide.¹⁶

Para melhor compreender esta teoria faz-se mister que fique claro o conceito de lide, que, nas palavras de Carnelutti, representava “um conflito (intersubjetivo) de interesses, qualificado por uma pretensão resistida (discutida). O conflito de interesses é seu elemento material, a pretensão e a resistência é seu elemento formal.”¹⁷

Humberto Theodoro Junior esclarece:

¹¹ MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 35.

¹² “Chiovenda é um verdadeiro adepto da doutrina que, inspirada no iluminismo e nos valores da Revolução Francesa, separava radicalmente as funções do legislador e do juiz, ou melhor, atribuía ao legislador a criação do direito e ao juiz a sua aplicação. Recorde-se que, na doutrina do Estado liberal, aos juízes restava simplesmente aplicar a lei ditada pelo legislador. Nessa época, o direito constituía as normas gerais, isto é, a lei. Portanto, o legislativo criava as normas gerais e o judiciário as aplicava. Enquanto o legislativo constituía o poder político por excelência, o judiciário, visto com desconfiança, se resumia a um corpo de profissionais que nada podia criar.” MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 36.

¹³ “[...] há um quadro referencial unívoco que caracteriza o movimento liberal: a *idéia de limites*. Por isso, Bobbio irá dizer que ‘... o liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções.’” STRECK, Lenio Luiz. et. al. *Ciência política e teoria geral do estado*, p. 51.

¹⁴ “O Estado Liberal de Direito, diante da necessidade de frear os desmandos do regime que lhe antecedeu, erigiu o princípio da legalidade como fundamento para a sua imposição. Esse princípio elevou a lei a um ato supremo, objetivando eliminar as tradições jurídicas do absolutismo e do *ancien regime*. A administração e os juízes, a partir dele, ficaram impedidos de invocar qualquer direito ou razão pública que se chocasse com a lei.” MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 25.

¹⁵ CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, et. al. *Teoria Geral do Processo*, p. 149.

¹⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 38.

¹⁷ “[...] *conflicto (intersubjetivo) de intereses calificado por una pretensión resistida (discutida)*. *El conflicto de intereses es su elemento material, la pretensión y la resistencia son su elemento formal*.” CARNELUTTI, Francesco. *Instituciones del proceso civil*, p. 28.

Para que haja, outrossim, a lide ou o litígio é necessário que ocorra “um conflito de interesses qualificado por uma *pretensão resistida*”, conforme a clássica lição de Carnelutti. É que muitos conflitos existem sem que cheguem a repercutir no campo da atividade jurisdicional. Se, por qualquer razão, uma parte, por exemplo, se curva diante da pretensão da outra, conflito de interesses pode ter existido, mas não gerou litígio, justamente pela falta do elemento indispensável deste, que vem a ser a *resistência* de um indivíduo à pretensão de outro.¹⁸

Carnelutti analisa, ainda, a jurisdição como uma necessidade dos particulares em solucionar seus conflitos, ou seja, a existência da jurisdição pressupõe um conflito, como ensina Marinoni:

Carnelutti, entretanto, partiu da idéia de lide – compreendida como conflito de interesses, ou, mais precisamente, marcada pela idéia de litigiosidade, conflituosidade ou contenciosidade – para definir a existência de jurisdição. A lide, dentro do sistema carneluttiano, é característica essencial para a presença de jurisdição. Havendo lide, a atividade do juiz é jurisdicional, mas não há jurisdição quando não existe um conflito de interesses para ser resolvido ou uma lide para ser composta pelo juiz.¹⁹

Pelo exposto, tem-se que para Chiovenda a jurisdição consiste em aplicar a lei ao caso concreto e para Carnelutti significa resolver um conflito tornando concreta a norma abstrata. Conclui-se, assim, que Chiovenda adotou uma postura *publicista* em relação ao processo, buscando a definição de jurisdição diretamente na função jurisdicional estatal e que Carnelutti vislumbrou os conflitos ocorridos entre particulares, analisando a jurisdição de uma perspectiva privada, como assevera Marinoni:

É evidente que o ângulo visual de Carnelutti revela uma compreensão privatista da relação entre a lei, os conflitos e o juiz. Enquanto Chiovenda procurava a essência da jurisdição dentro do quadro das funções do Estado, Carnelutti via na especial razão pela qual as partes precisavam do juiz – no conflito de interesses – a característica que deveria conferir corpo à jurisdição. Carnelutti estava preocupado com a finalidade das partes; Chiovenda, com a atividade do juiz. Por isso, é possível dizer que Carnelutti enxergava o processo a partir de um interesse privado e Chiovenda em uma perspectiva publicista.²⁰

Ambas as teorias, ensinadas amplamente nas academias, devem ser respeitadas e enquadrarem-se perfeitamente no momento em que foram elaboradas. No entanto, com a devida vênia, cumpre ressaltar que não são estas as definições de jurisdição que se encaixam nos dias atuais. Isto posto, passa-se à análise do atual conceito de jurisdição.

3. O conceito de jurisdição na atualidade

¹⁸ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de direito processual civil*, p. 39.

¹⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 37.

²⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 38.

Como verificado anteriormente, a teoria clássica de Chiovenda afirmava que a jurisdição deveria se limitar a aplicar a lei ao fato apresentado em juízo e a teoria de Carnelutti determinava que a jurisdição fosse a justa composição da lide, tornando concreta a norma de direito material abstrata. Tais teorias não podem ser consideradas atemporais e serem aplicadas em sua totalidade aos tempos atuais, tendo em vista que não é mais possível vislumbrar uma norma geral e abstrata.

Isso porque no período histórico do positivismo clássico e do Estado Liberal, contexto em que foram desenvolvidas as teorias supramencionadas, o parlamento era composto, na realidade, por membros representantes da classe burguesa, não existindo conflitos e, conseqüentemente, ocorrendo a emissão de leis que “representavam de fato a vontade geral e única do povo.” Nesse sentido, explica Marinoni:

Lembre-se que à época do Estado Liberal a lei era considerada fruto da vontade de um parlamento habitado apenas por representantes da burguesia, no qual não havia confronto ideológico. Após essa fase, as casas legislativas deixam de ser o lugar da uniformidade, tornando-se o local da divergência, em que diferentes idéias acerca do papel do direito e do Estado passam a se confrontar. Aí, evidentemente, não há mais uma vontade geral, podendo-se falar em uma “vontade política”, ou melhor, na vontade do grupo mais forte dentro do parlamento.²¹

Como se sabe, no Estado Democrático de Direito o pluralismo político permite que as casas legislativas sejam compostas por representantes de diversos segmentos da sociedade, de modo que em muitos momentos há conflitos e divergências, não se podendo garantir que seja apresentada apenas uma vontade uníssona do povo ao ser editada uma lei.

Além disso, a concepção atual de jurisdição não restringe esta à aplicabilidade da lei, posto que agora o limite e o paradigma para as decisões judiciais são representados pela Constituição e pelos direitos fundamentais. Todavia, esta visão de supremacia constitucional nem sempre vigorou, de acordo com Luís Roberto Barroso:

Uma das grandes mudanças de paradigma ocorridas ao longo do século XX foi a atribuição à norma constitucional do status de norma jurídica. Superou-se, assim, o modelo que vigorou na Europa até meados do século passado, no qual a Constituição era vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos Poderes Públicos. A concretização de suas propostas ficava invariavelmente condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador. Ao Judiciário não se reconhecia qualquer papel relevante na realização do conteúdo da Constituição. (sem grifo no original).²²

²¹ MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 43.

²² BARROSO, Luís Roberto. *Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito*, p. 7.

Ademais, as teorias clássicas supramencionadas não se encaixam na atual conjectura de jurisdição, tendo em vista que esta consiste, portanto, em compreender a lei e aplicá-la ao caso concreto sob o prisma constitucional, como ensina Marinoni: “Por isso não há mais qualquer legitimidade na velha idéia de jurisdição voltada à atuação da lei; não é possível esquecer que o judiciário deve compreendê-la e interpretá-la a partir dos princípios constitucionais de justiça e dos direitos fundamentais.”²³

Tanto é que ao juiz cabe analisar, inclusive, a inconstitucionalidade da lei e a sua conseqüente inaplicabilidade ao caso concreto²⁴, podendo-se averiguar, ainda, a inconstitucionalidade por omissão²⁵, algo que seria inconcebível para as teorias clássicas de Chiovenda e Carnelutti.

Portanto, tem-se que jurisdição, nos dias atuais, representa o cumprimento efetivo da Constituição e dos direitos fundamentais ao caso concreto apresentado pelas partes ao Estado-Juiz, com todo o zelo inerente à interpretação constitucional adequada.²⁶

4. Considerações finais

Por todo o exposto, conclui-se que a nova concepção de jurisdição está em consonância com a própria mutação constitucional e a atual visão do Estado Democrático de Direito na era do pós-positivismo.

De modo que todo o ordenamento jurídico rende-se à óptica constitucional e a jurisdição passa a buscar o cumprimento efetivo da Constituição e dos direitos fundamentais, solucionando, inclusive, conflitos entre os próprios princípios constitucionais, a luz da proporcionalidade e razoabilidade.

Apresentada a nova concepção de jurisdição, vale ressaltar, também, que a exposição de motivos do anteprojeto do novo código de processo civil corrobora com o atual modelo de jurisdição, como se verifica no seu primeiro parágrafo:

²³ MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 46.

²⁴ “A constitucionalização, na linha do argumento aqui desenvolvido, expressa a irradiação dos valores constitucionais pelo sistema jurídico. Esta difusão da Lei Maior pelo ordenamento se dá por via da jurisdição constitucional, que abrange a aplicação direta da Constituição a determinadas questões; a declaração de inconstitucionalidade de normas com ela incompatíveis; e a interpretação conforme a Constituição, para atribuição de sentido às normas jurídicas em geral. No caso brasileiro, deve-se enfatizar, a jurisdição constitucional é exercida amplamente: do juiz estadual ao Supremo Tribunal Federal, todos interpretam a Constituição, podendo, inclusive, recusar aplicação à lei ou outro ato normativo que considerem inconstitucional.” (sem grifo no original). BARROSO, Luís Roberto. *Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito*, p. 44.

²⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 99.

²⁶ “Tratando-se de interpretação da norma constitucional, além dos tradicionais critérios – literal ou gramatical, autêntico, histórico, analógico, sistemático, teleológico ou finalístico, lógico etc. – outros tantos devem ser utilizados para se garantir a força hierárquica normativa da Constituição sobre todas as demais normas componentes do ordenamento jurídico, bem como sua máxima efetividade.” AVELAR, Matheus Rocha. *Manual de direito constitucional*, p. 42.

Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que têm cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado Democrático de Direito.²⁷

Isso porque o processo, como instrumento para exercício efetivo do direito material, precisa de novos mecanismos para cumprir com esta concepção atual de jurisdição e com a constitucionalização de todo o ordenamento jurídico.

Por fim, ressalte-se que o cumprimento efetivo dos direitos fundamentais, sob o prisma da nova concepção de jurisdição, será concretizado com um processo mais célere e justo, nos termos da exposição de motivos supramencionada²⁸. Assim, este é o momento em que a comunidade jurídica e a sociedade como um todo, devem manifestar-se para modificação concreta do sistema e adaptação a esta era do neoconstitucionalismo.²⁹

²⁷ CÓDIGO de processo civil: anteprojeto/Comissão de Juristas responsável pela elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Exposição de motivos*, p. 11.

²⁸ CÓDIGO de processo civil: anteprojeto/Comissão de Juristas responsável pela elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Exposição de motivos*, p. 33.

²⁹ “Essa transformação da ciência jurídica, ao dar ao jurista uma tarefa de construção – e não mais de simples revelação – , confere-lhe maior dignidade e responsabilidade, já que dele se espera uma atividade essencial para dar efetividade aos planos da Constituição, ou seja, aos projetos do Estado e às aspirações da sociedade.” MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*, p. 48.

5. Referências

ARISTÓTELES. *A Política*. Disponível <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/politica.pdf>>.

AVELAR, Matheus Rocha. *Manual de direito constitucional*. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. *Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)*. Revista eletrônica sobre a reforma do Estado, nº 9, 2007.

Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista>>.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Juristas responsável pela elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. Brasília: Senado Federal, Presidência, 2010.

CARNELUTTI, Francesco. *Instituciones del proceso civil*. Tradução de Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-America, 1973.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios del derecho procesal civil*. Tradução de José Casáis y Santaló. Madrid: Editorial Reus S.A., 1922.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Volume 1. 47ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*. V. 1. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das Leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2009.

NEDEL, Amanda Rocha. O conceito de jurisdição na atualidade. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 1-10, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

STRECK, Luiz Lenio; MORAIS, José Luis Bolzan de. *Ciência política e teoria geral do estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.